



**Ata da Audiência Pública sobre a “Revisão do Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo”, de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, realizada no dia 29 de setembro de 2020, às 17 horas.**

Realizou-se no dia 29 de setembro de 2020, em ambiente virtual, a Audiência Pública sobre a “**Revisão do Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo**”, de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo, **Anselmo Guimarães** saudou e deu boas-vindas a todos os convidados, participantes, cidadãos, cidadãos, membros de órgãos não governamentais, entidades públicas, consultores, empreendedores são todos bem-vindos a presente audiência pública. Esclareceu que, em virtude das recomendações frente ao combate da pandemia do Covid-19, a audiência pública ocorreria exclusivamente, por meio virtual e que o *link* de acesso dessa transmissão encontrava-se disponível na página eletrônica da SIMA, em: [www.infraestruturaemeioambiente.sp.gov.br](http://www.infraestruturaemeioambiente.sp.gov.br). Agradeceu a participação de todos os cidadãos e cidadãs que acompanhavam a audiência da “**Revisão do Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo**”, tanto em ambiente de vídeo conferência, quanto pelo *Youtube*. Informou que, além dele, Secretário-Executivo, compunham a Mesa Diretora dos Trabalhos, o coordenador da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da SIMA - CPLA, Gil Scatena e os membros do Comitê de Integração de Resíduos Sólidos da SIMA, José Valverde e Ivan Mello. O coordenador, **Gil Scatena**, em suas considerações iniciais, agradeceu a todos pela disposição de ajudar o estado de São Paulo a aprimorar o seu Plano Estadual de Resíduos Sólidos, nessa primeira revisão parcial. Ao considerar o árduo combate ao COVID-19, sentia-se aliviado em saber que todos os que acompanhavam a reunião estavam, de alguma forma, bem em que pese o momento tão difícil. Reforçou o desafio importante que é manter o estado funcionando e manter o estado funcionando, não somente suas rotinas, mas também quanto a sua capacidade de planejar o futuro e desenhar novos caminhos para o futuro e, no contexto atual, a melhor forma de ouvir a sociedade tem sido dentro da estratégia virtual. Relatou que a SIMA tem utilizado essa estratégia com bastante segurança e, na maioria dessas oitavas virtuais tem-se obtido uma participação maior do que a presencial. Sua expectativa era conseguir fazer a melhor revisão parcial do plano, possível para que São Paulo continue bem nos trilhos da gestão de resíduos sólidos. Esclareceu que a CPLA tem a incumbência precípua de coordenar tecnicamente os trabalhos, sendo esse um desafio importante. O **Secretário-Executivo** declarou que tem a função regimental de conduzir os trabalhos de forma neutra e garantir a participação dos interessados de modo democrático e organizado. Expôs resumidamente que a audiência pública do CONSEMA tem previsão legal na Lei Estadual nº 13.507/2009, e Decreto Estadual nº 55.087/2009, e o rito para a condução das audiências públicas encontra-se esculpido na Deliberação Normativa CONSEMA 01/2011. Declarou que o Conselho prevê que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte, para a qual são dedicados 45 minutos, tem lugar a apresentação do projeto pelo coordenador da CPLA, Gil Scatena e a exposição do estudo técnico pelo especialista da CPLA, André Luis Fernandes Simas. Explicou que, imediatamente após, faz uso da palavra o representante do Ministério Público, por até cinco minutos cada um; seguido àqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam quaisquer órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, por 60 minutos, no máximo, com direito a três minutos cada um. Sequencialmente, manifestam-se os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, com direito cada um deles a até cinco minutos; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falam os representantes do Poder Legislativo, seguidos daqueles que representam o Poder Executivo, com direito também há cinco minutos, cada um. Por fim, no terceiro e último momento da audiência, facultou-se ao proponente do projeto e equipe responsável pelos estudos técnicos que ofereçam resposta aos questionamentos e comentem as colocações feitas, por até quinze minutos cada um destes. Ao cabo, franqueia-se aos representantes do CONSEMA presentes a prerrogativa de manifestarem-se por até dez minutos, distribuídos por tantos quantos desejarem fazer uso da palavra. Explicou que as inscrições para manifestação



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

podem ser realizadas por meio do formulário disponível na página eletrônica do CONSEMA, em [www.infraestruturameioambiente/consema](http://www.infraestruturameioambiente/consema). Esclareceu que os interessados em fazer o uso da palavra poderão inscrever-se, até o início das apresentações, enviando seus dados (nome e RG) e, assim procedendo, receberão o link exclusivo de acesso ao chat da audiência, na plataforma *Microsoft Teams*. Alertou que só poderá fazer uso da palavra quem se inscrevesse e que, portanto, aquele que desejasse fazê-lo e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse até os sessenta minutos estabelecidos para o início da primeira parte da audiência. Destacou que, as considerações, por escrito, ainda poderão ser encaminhadas, até o dia 06 de outubro de 2020, para [www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/pers-consulta](http://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/pers-consulta). Informou que o uso da palavra e a leitura de manifestações serão realizados, obedecendo à ordem dos inscritos, nas etapas previstas e, que os registros escritos, assim como, o vídeo e o áudio da audiência serão mantidos à disposição dos interessados. Antes de passar a apresentação do estudo propriamente dito, o Secretário-Executivo forneceu o telefone da Secretaria-Executiva do CONSEMA para que fosse reportado qualquer problema de acesso por parte dos participantes. Passou-se a apresentação do estudo. O coordenador **Gil Scatena** relatou que as revisões parciais do plano estadual de resíduos é realizada pela CPLA, sob o comando do Secretário da SIMA Marcos Penido e dos Subsecretários de Meio Ambiente Eduardo Trani e de Infraestrutura Glaucio Attorre Penna. Para tanto, foi criado o Comitê de Integração de Resíduos Sólidos-GIRS para coordenar políticas no estado de São Paulo e que é representado pelo Valverde e pelo Ivan da SIMA. Antecipou que, primeiramente, relataria o caráter estratégico da revisão parcial desse Plano, seguida da apresentação técnica do trabalho pelo especialista da CPLA, André Simas. Lembrou que contribuições, críticas e aprimoramentos poderiam ser encaminhados até, 06 de outubro, dia de encerramento do processo de oitiva pública. Informou que o arcabouço legal do PERS alicerça-se em três grandes marcos normativos. O primeiro deles é a lei estadual que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.300 de 2006), que em seu artigo 4º, correspondente aos instrumentos de política pública, invoca a elaboração dos planos estaduais e regionais de resíduos sólidos, antecipando-se a política nacional. A legislação estadual, regulamentada em 2009, pelo Decreto nº 54.645, define, no artigo 6º, o conteúdo mínimo do plano estadual de resíduos sólidos. Em 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305, define no artigo 17, o conteúdo mínimo do plano e o horizonte de atuação dos planos estaduais, para 20 anos e, as respectivas atualizações, para cada quatro anos. Por esse motivo, o presente trabalho é denominado de revisão parcial. Nesse trabalho de revisão, cabe ao Governo ouvir a sociedade e fazer os ajustes necessários, a cada quatro anos, para verificar se os rumos caminham na direção do planejado. Explicou que o primeiro Plano elaborado em 2014 e publicado em 2015 estipula o cenário de atuação de 10 anos e, a respectiva revisão, por sua vez, tem como horizonte, 2035. Para a primeira revisão parcial, a SIMA criou o Comitê de Integração de Resíduos Sólidos - CIRS, instalado em 12/06/2019 possui, dentre os seus seis grupos temáticos, o responsável por efetivar os trabalhos de revisão do Plano Estadual, sob a coordenação de André Simas da CPLA. **Gil Scatena** apresentou os objetivos dos demais grupos de trabalho que, cada qual com seu tema, contribuem para a revisão do Plano. Lembrou que compõem os grupos, representantes da CETESB, DAEE, Sabesp, EMAE, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Saúde, Secretaria de Governo, Desenvolvimento Regional e de Logística e Transporte. Nesse momento, agradeceu aos técnicos que participaram dos trabalhos de revisão e ofertou informações detalhadas das características dessa primeira revisão o papel da União e dos municípios, suas responsabilidades sobre a gestão rotineira de resíduos, sobretudo quanto aos resíduos sólidos urbanos. Reforçou, ainda sim, que a política nacional traz, com clareza, as atribuições de cada ente federativo: União, Estados e Municípios, Setor Privado e Consumidores. O próprio Plano Nacional, igualmente em fase de consulta pública, traz importante estratégia para promoção de mudanças na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, privilegiando o processo de negociação com os atores envolvidos, agregando valor e atualizando informações. Apresentou as estratégias de monitoramento que subsidiam à tomada de decisão, o Sistema de Gestão de Resíduos – SIGOR e informou sobre as novas temáticas incluídas, a exemplo da economia circular e o lixo no mar com plano específico, que já começará a ser elaborado. Versou sobre a regionalização focada nos arranjos intermunicipais e responsabilidades do Estado e municípios. Discorreu sobre os quatro grandes blocos que



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

compõem o Plano São Paulo, enfatizando os avanços obtidos nas diferentes temáticas e respectivas metas, quantificáveis e mensuráveis. Passou-se a apresentação do estudo. O especialista **André Simas** enfatizou a importância do Plano para revelar a situação dos resíduos sólidos no estado de São Paulo, informou sobre a metodologia empregada na revisão do documento e os indicadores estratégicos incorporados aos planos municipais. Versou sobre a existência de legislação municipal disciplinadora da coleta seletiva, as parcerias com cooperativas, aspectos próprios dos resíduos de construção civil, da logística reversa e chamou a atenção para o capítulo que trata de investimentos na área. Relatou que, de 2014 a 2020, os principais investimentos foram disponibilizados pelos fundos estaduais, sendo eles: o Fehidro - Fundo Estadual de Recursos Hídricos - ligado aos Comitês de Bacia – e, o FECOP - Fundo de Controle de Poluição, gerenciado pela CETESB, especificamente voltado à temática de resíduos sólidos. Reiterou a novidade decorrente do modelo próprio da economia circular, tema transversal que agrega vários outros, tal como, educação ambiental. Destacou que ao Plano foram incorporados, além dos princípios da economia circular em matéria de resíduos sólidos. Evidenciou os principais aspectos da responsabilidade pós-consumo, notadamente, da logística reversa. Discorreu sobre as etapas de implantação do PERS, assim divididas: fase 1, de 2011 a 2014; fase 2, de 2015 a 2021 e fase 3 de 2022 a 2025. Esclareceu que a fase 1 tratou da estruturação dos sistemas de logística reversa - LR; a fase 2 do aprimoramento da regulamentação da LR, que passou a ser incluída no processo de licenciamento ambiental, especificamente, na renovação da licença ambiental, condicionando a empresa a elaborar seu programa de logística reversa ou ao termo de compromisso assinado com o fabricante. Detalhou sobre a existência de metas de curto, médio e longo prazo, relacionadas ao atendimento da LR. Versou sobre o mecanismo de rastreabilidade do SIGOR, sistema *online* de gerenciamento que permite conhecer o fluxo dos resíduos, desde a geração, coleta, até sua destinação final. A rastreabilidade permitira o estabelecimento de estratégias e relatou em qual fase encontram-se os módulos de logística reversa e de reciclagem, correspondentes aos resíduos industriais e da construção civil. Informou sobre a possibilidade de promover mais módulos para outros tipos de resíduos sólidos e evidenciou a importância da transversalidade da educação ambiental para a concretização da economia circular, que possibilita trabalhar possíveis mudanças do consumo da sociedade e das políticas internas das organizações. Informou sobre o firme propósito que se tem de desenvolver um programa educação ambiental para resíduos sólidos. Em relação à temática do lixo no mar, além de ser um enorme impacto ambiental, também demonstra que o gerenciamento em terra não está sendo bem feito, considerando que, 80% dos resíduos encontrados no mar vem do continente e 20% dos navios. Nesse capítulo são indicadas metas de monitoramento que irão possibilitar a elaboração de um plano de combate ao lixo no mar. Na sequência, informou sobre temas específicos de resíduos sólidos urbanos, resíduos da construção civil, resíduos públicos de saneamento básico e resíduos de saúde, e as abordagens que tratam da geração, coleta, tratamento e disposição final. Informou sobre o subcapítulo, que trata da coleta seletiva de resíduos urbanos e destacou o papel das prefeituras e cooperativas na implantação de sistemas de logística reversa. Relatou que os resíduos da construção civil seguem o padrão, de trabalhar da geração, coleta, até a destinação final. Discorreu sobre as problemáticas dos aterros, destinação de resíduos inertes da construção civil e, com auxílio da projeção de mapa, apresentou a localização das recicladoras existentes no estado de São Paulo. Ressaltou o diagnóstico foi elaborado com base em informações oficiais e evidenciou o avanço obtido com a padronização da metodologia para a obtenção de dados oriundos das unidades de tratamento e abastecimento de água e de tratamento de esgoto. Informou sobre os resíduos de serviços de saúde, de serviços de transporte, agrossilvopastoris e orgânicos. Prosseguiu fornecendo informações sobre os resíduos industriais e da mineração. Apresentou o panorama sobre as áreas contaminadas e degradadas decorrentes da disposição irregular de resíduos sólidos e ofertou o mapeamento diagnóstico dessas áreas. Traçou o cenário atual da geração municipal de resíduos e mencionou a disponibilidade de estudos de viabilidade técnica-econômica de reaproveitamento dos mesmos. Informou que o Tribunal de Contas do estado de São Paulo por meio de mapeamento e monitoramento constatou que 67% dos municípios paulistas implantaram alguma iniciativa de coleta seletiva. Versou sobre o cadastramento das cooperativas de materiais recicláveis, que atualmente correspondem a 121 entidades, distribuídas no Estado. Na sequência, versou sobre a regionalização e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

dinâmicas territoriais e apresentou cenários e a estrutura das 48 metas temáticas, respectivas ações e prazos para cumprimento. Na ausência de representantes do Ministério Público, passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes da sociedade civil. As manifestações seguem transcritas. **Luiz Pereira de Brito** informou que “o estado de São Paulo, com seus 645 municípios, teve a industrialização seu período com supercrescimento da Capital e seu entorno, deformou a ocupação de seu território. Hoje os problemas enfrentados por municípios superpopulosos de 500.000 habitantes para cima diferem, em muito, da grande maioria que perde população e renda para os grandes centros. A produção de resíduos e sua destinação sofreu historicamente com lixões, aterros sanitários e, mais recente, evoluiu para uma economia circular e avanços na legislação, com a inclusão das responsabilidades dos fabricantes, a destinação de resíduos especiais, sua categorização por riscos, periculosidade, etc. Os municípios, por sua vez, não tiveram orçamento para aplicar em saneamento (haja visto, o grande número de inadimplentes da Sabesp), tanto menos para formularem o seu plano municipal de gerenciamento. Basta pensar que nenhuma Secretaria sabe o número de pilhas e baterias comercializados em seus territórios, não há banco de dados. Fazer um plano para o resíduo produzido e descartado é muito pouco para uma ação governamental, é preciso agir e evoluir no campo da produção das embalagens não recicláveis. Há necessidade de evoluir da cadeia do plástico não degradável para um plástico biodegradável; na fabricação de pneus e seu ciclo e destinação. A formação de banco de dados, como bem disse o técnico André, a necessidade de inaugurar uma rota de incineração de resíduos em cimenteiras ou projetos de plantas caras, que só serviram a meia dúzia de municípios, não é servir aos paulistas, é ludibriados. Existe uma força desproporcional do Estado e de grupos detentores de poder, contra o cidadão ...”. Após interrupção momentânea, assim que retomou a conexão, o Secretário-Executivo solicitou que Luiz Pereira de Brito prosseguisse em sua argumentação. Na retomada do uso da palavra, Luiz Pereira de Brito prosseguiu: “Bem, os municípios não tiveram orçamento para saneamento (haja visto, o grande número de inadimplentes da Sabesp), tanto menos para formularem o seu plano municipal de gerenciamento. Basta pensar que nenhuma Secretaria sabe o número de pilhas e baterias comercializados em seus territórios, não há banco de dados. Fazer um plano para o resíduo produzido e descartado é muito pouco para uma ação governamental! É preciso agir na produção das embalagens que não são recicláveis, na cadeia do plástico não degradável, na fabricação dos pneus, seu ciclo e destinação, na formação de banco de dados, como disse o técnico André, inaugurar uma rota de incineração de resíduos ou cimenteiras ou projetos de plantas caras, que só serviram a meia dúzia de municípios, não é servir aos paulistas, é ludibriados. A força desproporcional do Estado e de grupos detentores de poder contra o cidadão comum, individual ou coletivamente não é democrático. A legislação é instrumento de fortalecimento das atividades e dos serviços prestados a sociedade e, qualquer medida tomada sem a devida análise aprofundada acerca das questões do funcionamento e execução de tais atividades, poderá gerar prejuízos irreversíveis aos brasileiros. Muito obrigado, boa noite”. **Syllis Flávia Paes Bezerra**, representante da ECOPHALT e ex-conselheira do CONSEMA assim se manifestou: “Boa noite. Meu nome Syllis Bezerra, sou presidente da ONG ECOPHALT e também integrante da frente ambientalista da Baixada Santista. É muito importante participar de eventos como esse e observei que houve uma grande mudança digamos, cada vez mais, do Plano Estadual de Resíduos de 2014. Eu fiz um comparativo com esse 2020. Houve novidades, mas eu gostaria de deixar a observação de que eu não concordo muito com a questão da audiência pública ser virtual. Vocês observam que tem falhas técnicas, muitas pessoas não puderam participar, as cooperativas principalmente, que são o principal elemento importante nessa cadeia: a logística reversa praticamente depende deles, do trabalho deles, para que haja todo o ciclo logístico e, se vocês observarem, eu acho que não sei se tem algum cooperado participando, mas, não porque eles não queiram, mas é porque realmente eles não têm condições, muitos deles não tem internet, ficam sem acesso, tem essa dificuldade. Então uma audiência pública virtual, ela sim, restringe, a participação de muitas pessoas e nós temos esse direito de voz! Então, eu gostaria de deixar registrada essa minha preocupação da audiência, de se realizar dessa forma. Eu acho que poderia esperar um pouco mais, no momento oportuno, para que todos tenham acesso. Até para entrar na internet eu tive um pouco de dificuldade também, então, quem não conhece muito de internet, não tem um plano bom, ou não tem acesso, não participa. Então a audiência é um



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

local público, a audiência é um local aberto, para que haja mais democracia e discussão. E outra coisa importante é que nas próximas audiências, às 17h00, é complicado, porque às 17h00 é horário que a gente sai do trabalho... até chegar no local ou até acessar, até conseguir entrar, acaba sendo prejudicado. Então o ideal é que seja às 18h00, pelo menos para que você consiga se deslocar de onde está trabalhando até o local onde vai ser o ponto de acesso, ou então, onde vai ser realmente o encontro. Bom, em relação ao plano estadual de resíduos fica claro que nós observamos que houve um tema muito importante: o lixo no mar. Esse tema quase não era debatido, isso porque, simplesmente, muitas pessoas não fazem seu gerenciamento, não são responsáveis pelos seus resíduos. Por isso, também muitos resíduos acabam parando no mar. Houve essa grande preocupação, achei louvável isso. A questão da educação ambiental, esse é o tema fundamental, inclusive eu fico tranquila porque na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA, da qual nossa ONG também faz parte, nós estamos elaborando, fazendo uma contribuição, nós vamos fazer Anselmo, um ofício do GT Resíduos, que fica dentro da Comissão CIEA, nós vamos fazer essa carta e encaminhar para vocês, uma colaboração a mais, muito interessante, por que? Porque, quando você ensina as pessoas a separarem o resíduo, primeiro em três tipos, já é o primeiro passo. Você sabe que os orgânicos, que é maior parte dos nossos resíduos, são transformados em adubos, os recicláveis vão para as cooperativas, que por sua vez, mandam para os fabricantes que transformam os produtos. Então, sobram, em média, 15% dos rejeitos. O que está acontecendo nesse tempo todo? Infelizmente, por vários fatores, ninguém fez o dever de casa. Se você for olhar a Lei Nacional, o artigo 9º da Lei nº 120.305/2010, o artigo 9º prevê a não geração, a reciclagem, a reutilização, o consumo crítico em si. Os 3Rs da sustentabilidade. O artigo 36 prevê o quê? Incentivo à compostagem, já que nosso maior resíduo, em torno de 50-55% é orgânico, eles deviam ter um trabalho em cima disso e não foi feito, muito remanescente, está começando agora a compostagem, o minhocário, essas coisas. Também a contratação das cooperativas, eles são trabalhadores como todos nós. Por que eles não são remunerados se há tanta lei que prevê isso? Há uma resistência muito grande! Os municípios quase não têm verba, falaram que eles não têm condições. Será que eles não têm mesmo? Ninguém melhor do que eles para fazer a coleta seletiva. O que seria da cidade sem a coleta seletiva feita pelos catadores? Então, nesse sentido, nós temos que começar a ter um olhar voltado para isso, começar a praticar a Lei Nacional. Se praticar a Lei Nacional, com certeza a quantidade de resíduos será reduzida, radicalmente. Outra questão, que me preocupa muito: as rotas tecnológicas. Ora, se o nosso resíduo é orgânico. Qual é a tecnologia que trata dos orgânicos? É a biodigestão anaeróbica e junto com a compostagem, junto com a reciclagem, com certeza, vai fazer muita diferença. Ambientalmente é reconhecida, transforma inclusive os orgânicos em biofertilizantes e energia, mantém a cadeia da coleta seletiva ativa, mantém os catadores trabalhando, enfim tudo mais. Então, para finalizar, senhores, eu gostaria de fazer uma sugestão. Observei que não foi discutido, em momento nenhum, o assunto sobre compostagem, resíduos orgânicos, que fosse criado um GT Resíduos Orgânicos para justamente, técnicos verem o tipo da tecnologia que é a biodigestão e como incentivar compostagem nas escolas, comunidades. É muito importante ter esse GT porque não foi tratado nada sobre os resíduos orgânicos, tá bom Anselmo, muito obrigada Anselmo prazer em revê-lo.” O **Secretário-Executivo** solicitou a **Felipe Cândido** representante da AMBIOLUC, que habilitasse seu microfone, ao que o mesmo, decidiu encaminhar sua manifestação, por escrito, via *chat* da reunião para que fosse lida. **Bonfilio Alves Ferreira**, do Instituto Pesquisas e Ecologia: “Boa tarde amigos, boa tarde Gil, boa tarde Valverde, toda a equipe do Comitê de Integração, equipe do CONSEMA. É um prazer muito grande poder contribuir com essa equipe, contribuir com toda a equipe do Penido, Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente que tem levado adiante essa agenda tão importante. Eu quero fazer algumas provocações para poder refletir no aprimoramento desse plano, mas eu acredito que a linha que está sendo seguida é o bom caminho. São apenas algumas ideias para que a gente consiga aprofundar algumas questões que estão colocadas e ver se agente consegue enfrentar esses desafios. Dentro da postura de enfatizar o papel do estado de São Paulo, particularmente, a gestão desta questão e ter um plano estadual, que possa, de fato, contribuir para o avanço da gestão, apoiando os municípios, apoiando a sociedade civil, apoiando setor empresarial. Eu queria lançar uma primeira questão que é como é que os acordos setoriais e os termos de compromisso, que são celebrados por



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

provocação do Estado através da Secretaria de Infraestrutura ou, inclusive, pelo Ministério Público que, cabe também a Secretaria de Infraestrutura acompanhar, em forma de TACs também e etc., como é que esses acordos setoriais, esses termos de compromisso podem ter proatividade, e jogar a favor da regionalização e dos arranjos produtivos, do fortalecimento da ação dos consórcios. E essa é uma primeira questão. Eu gostaria de ouvir se isso está pensado dentro do plano. Uma segunda questão, ainda dentro desse desafio, é como é que o Estado, que tem também o papel incentivador da economia e, no caso da economia circular, como é que o plano coopera nesse sentido? Como é que ele incentiva a economia circular? Como ele opera nesse sentido porque, por exemplo, o setor de energia, que é regulado pelo Estado, a questão do gás, por exemplo, gás metano; a questão da energia, do aproveitamento energético dos resíduos, dos sistemas de aproveitamento energético com gaseificação, com incineração, como é que o Estado, que tem na sua mão a regulação de energia, do gás, que tem também a regulação dos recursos hídricos, como é que o Estado joga? Como ele pode jogar, favoravelmente? Então, como é que o Estado joga melhor esse papel de incentivador da economia circular, já que ele tem a regulação do gás, a regulação da energia, a regulação dos recursos hídricos? Como é que ele pode jogar melhor, de maneira mais proativa, mais eficiente, na questão da regionalização e do fortalecimento dos consórcios e da fomentação dos arranjos produtivos? Outra questão. O SIGOR: como é que ele pode ser de fato, mais transparente? Como é que ele pode agregar ferramentas amigáveis de inteligência de dados pelo cidadão comum, pelo empreendedor, pelas cooperativas, como é que o SIGOR pode ser uma ferramenta também de incentivo à economia circular, de inteligência, de organização da economia? Outra questão, também importante, é como é que o plano se relaciona com os PDUIs - planos de desenvolvimento integrado de regiões metropolitanas e de aglomerações urbanas, tendo em vista que a Lei Federal nº 13.089/2015, que é a Lei do Estatuto da Metrópole, ela aborda essa função também de interesse comum, como responsabilidade compartilhada em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas? Quando a gente olha ali aquele encaminhamento dos resíduos para os aterros sanitários, se a gente observar onde se situam os aterros sanitários, exatamente em aglomerações urbanas e regiões metropolitanas, portanto, como é que o plano se relaciona com os PDUIs? Esses planos de desenvolvimento urbano integrado dessas metrópoles e dessas aglomerações urbanas? Por último, se é possível pensar em indicadores, dentro de metas e objetivos, pensar em indicadores dinâmicos, na forma de um ranqueamento, tipo saneamento VerdeAzul, parafraseando o município VerdeAzul que é um programa muito bem sucedido. Por que não pensaram em um ranqueamento, não só para municípios, mas também o setor privado, onde esta plataforma do SIGOR apresentaria cases, também de sucesso. Ela serviria como uma espécie de demonstração de que é possível caminhar para uma pactuação de arranjos produtivos no setor regional. É basicamente isso! Tenho outras ideias, mas eu faço depois por escrito. Agradeço a vocês. Obrigado!”

O **Secretário-Executivo** solicitou a **Bonfilio Alves Ferreira** que encaminhe sua manifestação, por escrito, em até 5 dias úteis, a partir da audiência. **Felipe Cândido**, da AMBIOLUC: “Eu que agradeço a oportunidade em nome da AMBIOLUC, que é uma associação ambiental que defende o sistema da logística reversa do OLC, que é o óleo lubrificante usado ou contaminado. A revisão do plano estadual de resíduos sólidos do estado de São Paulo trata pouco da questão específica da logística reversa do OLC e o faz, tendo em vista, que é uma matéria reservada precipuamente a competência da União Federal, especialmente da Agência Nacional do Petróleo e do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente. Mas, em nome da AMBIOLUC, nós não poderíamos deixar de participar desta importante audiência pública, em primeiro lugar para parabenizar a iniciativa do estado de São Paulo de fazer a revisão do seu plano de resíduos sólidos e também para anotar que é intenção da AMBIOLUC, na defesa do sistema de logística reversa do OLC, que esse resíduo tão perigoso, seja corretamente coletado, levado a sua destinação ambientalmente adequada, que é o rerrefino e que, dessa forma, possa ser reinserido no mercado através de um exemplo clássico de economia circular. A logística reversa do OLC é um sistema que está implantado no Brasil, há mais de 30 anos. É um caso de sucesso, mas nós precisamos aprofundar e defender esse sistema e, neste sentido, uma sucinta colaboração que a AMBIOLUC faz na revisão desse plano de resíduos sólidos do estado de São Paulo é de solicitar que seja mediante o licenciamento ambiental; seja mediante as concessões de alvarás; que seja condicionante a comprovação da



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

destinação ambientalmente, por parte das empresas e, obviamente, dos geradores que fazem uso desse produto. Obviamente, com essa sucinta colocação, eu agradeço a oportunidade e, em nome da AMBIOLUC, nos colocamos à disposição do poder público para dialogar sempre em busca de soluções que se revelem as mais acertadas. E, faço votos para que esse plano seja revisto, com a melhor qualidade possível. Muito obrigado!” Passou-se a manifestação dos cidadãos ou cidadãs. O **Secretário-Executivo** procedeu a leitura da manifestação escrita encaminhada por **Odair Luiz Segantini**: “Contribuição: Incluir a revisão dos requisitos técnicos da composição dos sacos utilizados para o acondicionamento dos RSS. Comentários: A surpreendente proposta de utilização de contêineres para o acondicionamento, embalagem e transporte de RSS apresentada, traz no seu bojo, significativos efeitos que precisam ser seriamente ponderados, a saber: Sua execução é claramente mais custosa que o atual procedimento, e esse custo recairá sobre os geradores, os serviços de saúde, pois terão que adaptar sua atual estrutura física para essa nova modalidade, além do investimento na aquisição dos contentores. No caso de contentores reutilizáveis, a operação dentro dos estabelecimentos de saúde, implica em uma rotina de “vai e vem” dos utensílios, sua manutenção, bem como, a área necessária para sua guarda, imprimiram situações de aumento de custos, de área física para manuseio, e é claro maior tempo de exposição do pessoal envolvido nas coletas interna e externa expondo os operadores a mais situações de risco. No caso de contentores descartáveis, mesmo sem a clara definição de qual será sua composição material, já é possível prever aumento da geração de resíduos a descartar, é perfeitamente aceitável inferir que o custo final também será significativamente afetado, já que o produto a ser adquirido pelo gerador, embora descartável, deverá ser incluído nos procedimentos de coleta interna e externa e certamente contribuindo para seu aumento. Terá ainda que receber o mesmo tratamento a que estará sendo submetido o resíduo, implicando diretamente no aumento das quantidades a tratar, além de possivelmente limitar alguns dos atuais sistemas licenciados, cuja operação, está preparada apenas para sacos, entre outras questões técnicas, a serem melhor avaliadas. Talvez a melhor solução para a questão de os “sacos plásticos” atualmente não oferecerem a resistência mecânica necessária para assegurar sua integridade ao longo das etapas coleta interna e externa para o transporte e sua curta armazenagem nos sistemas de tratamento, esteja exatamente na utilização de sacos que sejam tecnicamente adequados. A proposta...” Nesse exato momento houve ocorrência de interrupção da transmissão causada pela queda de energia elétrica, no bairro de Pinheiros, onde está localizada a sede da SIMA. Retomado os trabalhos, o **Secretário-Executivo** prosseguiu a leitura da manifestação do **Senhor Odair Segantini**: “A proposta é que, ao invés de o Estado alterar todo um procedimento estabelecido, criando novos processos e aumentando significativamente os custos, apenas reveja ou sugira à ABNT, rever os requisitos técnicos dos sacos para que eles cumpram sua função e, também exerça a fiscalização de sua efetiva utilização, pois os próprios órgãos do Estado são comumente vistos utilizando sacos completamente fora de padrão. DESAFIO: Aperfeiçoar as boas práticas do gerenciamento dos RSS, minimizando os riscos à saúde pública e ao meio ambiente, inerentes às características desses resíduos, sem imputar aos geradores aumento significativo dos custos de gerenciamento dos resíduos. OPORTUNIDADE: Aperfeiçoar e modernizar a especificação dos sacos plásticos que cumprem a função de acondicionar, embalando com segurança, os RSS, desde a geração até o tratamento. META: Criar e implantar o mecanismo”. O **Secretário-Executivo** ao anunciar Alves da Silva e constatar sua ausência, informou que voltaria a anuncia-la e, da mesma forma procedeu para **Alexandre Momesso**. Passou a leitura da manifestação de **Alessandra Silva**: “No capítulo 11, item 11.2, na página 147, sugiro que, para conter de maneira eficaz os resíduos líquidos biológicos, durante o armazenamento, transporte e destinação final, deverá fazer uso da técnica de solidificação dos resíduos líquidos perigosos, para garantir a segurança dos colaboradores e preservar o meio ambiente durante o gerenciamento dos RSS, além de serem acondicionados em sacos plásticos (branco, vermelho) e/ou contêineres que podem ser rompidos (acidentes, quedas), evitando percolações e contaminações. Comentários: Segundo o texto apresentado na página 147 do plano, o armazenamento de resíduos perigosos deve ser feito de modo a não alterar suas características e é complementado referenciando sobre a segurança no gerenciamento dos resíduos biológicos e da necessidade de contenção como princípio básico. Sugerimos como uma forma eficaz de contenção dos resíduos líquidos gerados em todas as instituições de saúde, desde a coleta,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

armazenamento, transporte e destinação final, a solidificação destes resíduos líquidos, principalmente porque a solidificação encapsula e imobiliza o contaminante e conseqüentemente, protege o meio ambiente e os colaboradores da Unidade Geradora do RSS, especialmente para os resíduos descartados dos centros cirúrgicos, em frascos de aspiração reutilizável ou descartável. Por fim, após o processo de solidificação, o acondicionamento e transporte do material em sacos plásticos brancos e vermelhos ou até mesmo em contêineres rígidos se torna mais seguro, impedindo que, em eventuais vazamentos/rompimentos (acidentes, quedas), o espalhamento do resíduo e a contaminação ocorram”. Segue a manifestação oral de **Solange Calvo**: “Obrigada! Primeiro, antes de iniciar minha fala, eu gostaria de reiterar o que a Syllis... o que a senhora Syllis falou agora em audiência sobre as audiências públicas virtuais. Não vejo como uma boa forma de participação, uma forma adequada, porque nós temos vários problemas de internet, de aparelhos não muito qualificados para esse enfrentamento da Covid e estamos todos virtuais o tempo inteiro. Então, não vejo uma participação muito positiva nas audiências virtuais. Eu gostaria que isso fosse revisto, até para ser um requisito legal, uma audiência pública, na área ambiental. Deveríamos pensar melhor nessas audiências virtuais. Fica aqui a minha palavra. Quanto à reconstrução, a revisão do plano estadual a gente sabe que o plano estadual de resíduos sólidos ele prevê metas de reutilização e a reciclagem com vistas a reduzir... (interrupção)... Eu estava falando sobre as audiências públicas virtuais que eu gostaria que todos nós revisemos essa questão da audiência pública virtual, pela falta de acesso, que nós estamos tendo dificuldade de nos conectar todos a uma audiência pública e, pelo fato da audiência pública. (interrupção)... O que eu estou colocando é que o problema é esse mesmo da audiência pública virtual, estamos presos. Após retomada dos trabalhos em razão de nova queda de energia, **Solange Calvo** prosseguiu em sua manifestação: “Eu gostaria de registrar o prejuízo que a minha fala e todos nós que estamos participando dessa audiência estamos tendo. Audiência pública ela é feita para dar conhecimento aos fatos e, esse modus operandi, de se fazer uma audiência pública não nos traz muito benefício. Estamos todos sendo prejudicados, tanto vocês que estão tentando passar as informações para gente, como nós que queremos escutar e falar e poder contribuir com esse novo plano que está sendo redesenhado. Então, gostaria de deixar registrado o prejuízo dessa audiência pública virtual! Isso já era minha fala anterior que, eu não vou saber repetir o que eu estava falando, enfim, gostaria de falar sobre o plano estadual de resíduos sólidos que ele realmente deve prever metas de reutilização e reciclagem, tendo vista, reduzir a quantidade e esses rejeitos. A reutilização de todo esse material, eles devem ter uma disposição final adequada ambientalmente. Nessa adequação ambiental eu vejo que houve uma preocupação do Governo do Estado em criar esses grupos técnicos para discutir os assuntos pertinentes dentro deles, o que me interessou muito como cientista que sou. O lixo no mar, eu gostaria de lembrar a todos, que no município de Santos, quanto ao Porto a parte legal é Federativa. O Porto é Federal, ele não é municipal, então, nós temos um grande problema aqui na Baixada Santista com a água de lastro dos navios e, esse grupo técnico do lixo no mar podia se ater bastante a isso, para nós ajudar a melhorar a qualidade do mar da Baixada Santista. A outra coisa, em relação ao lixo ao mar, eu gostaria antes de ouvir vocês, porque eu não consegui escutar muita coisa sobre o lixo ao mar e nem visualizar. Mas a outra coisa também, é que nós temos aqui pela Baixada Santista, palafitas, que são residências que são dentro da água e elas não têm qualquer saneamento básico lá e isso influencia muito na balneabilidade das praias aqui. A outra coisa que eu queria colocar é que esses grupos técnicos, eu espero que eles concluam, mostrem para a gente o trabalho, o plano com essas alterações a ser feitas, em conformidade com a aparelhagem que nós temos melhores agora para fazer a reciclagem, que são o biodigestor. Aqui na Baixada Santista estamos tendo grandes problemas com uma empresa que se diz realizar a queima direta de massas, que são bioestabilizadores, que na verdade, são incineradores, uma tecnologia ultrapassada. Espero que o estado de São Paulo se atente bem a isso, não venha a implantar tecnologias ultrapassadas dentro do plano e, por fim, eu gostaria de ater a outra coisa: Esse plano está sendo revisto, sem poder ser alterado até 2035. Eu não entendi, eu não entendi muito bem essa parte. Gostaria de maiores esclarecimentos depois porque veja: nós estamos num momento da economia muito dinâmico, nós estamos nos reinventando, a cada dia. Como é que pode um plano durar, se perpetuar até 2035, sem revisões e sem alterações. Precisamos rever e pensar. Todos que estão aqui devem pensar muito sobre isso. Agradeço a



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

paciência de todos, por aguardarem o retorno da minha fala. “Boa noite a todos.” Prosseguiu-se com a manifestação oral de **Aristides Bertuol** de Itajaí, Santa Catarina: “Olá boa noite! Obrigado a todos! É uma pena termos tido esses contratempos técnicos, mas a gente entende os tempos que estamos vivendo e eu acho que, mesmo não sendo o ideal, é melhor a audiência pública acontecer virtualmente, do que não acontecer e nós termos que postergar todo o processo ainda mais. Meu nome é Aristides Bertuol, eu estou falando em nome de uma empresa, nossa empresa que é a Bnpetro. Eu sou o diretor financeiro da Bnpetr e quero dar parabéns a todos os envolvidos pela iniciativa e a continuidade, não apenas a essa iniciativa, mas em dar continuidade a todo o processo e concluir o saneamento básico e os processos dos resíduos sólidos. Nossa empresa Bnpetro tem uma tecnologia diferenciada, ela tem uma tecnologia única no mundo, onde nós conseguimos minerar os lixões, os aterros sanitários, os aterros sanitários antigos, os quais não emitem mais, não produzem mais o metano. Já se passou o processo de gaseificação natural dele e nós já conseguimos processar tudo que está lá, tudo junto, tudo misturado, sem a necessidade de desidratar, sem a necessidade de fazer a seleção dos materiais e transformar tudo isso em três produtos: um sólido, um líquido e um gasoso, coque siderúrgico, petróleo verde e syngas, gás sintético. Então, eu acho muito, resumindo, porque falar da nossa tecnologia específica. Eu acho muito importante estar aberto a novas tecnologias, como foi instalado já, as coisas estão evoluindo, evoluindo muito rápido, nós temos uma tecnologia super inovadora no qual, de novo, eliminamos 100% dos resíduos, nós não temos produtos residuais, nós não poluímos o meio ambiente, nós não consumimos energia externa no processo, então é uma tecnologia que vai trazer um benefício muito grande para o país e para o mundo e se der certo iniciarmos em São Paulo, podemos fazer um marco com essa nova tecnologia e ajudar o estado e o país a eliminar completamente os resíduos sólidos, então é importante abrir, manter as portas abertas, elas estão abertas é manter as portas abertas às novas tecnologias e ajudar junto com o estado, com o Investe SP, Desenvolve SP, maneiras de financiamento, maneiras de regularizar, maneiras de estruturar para quê de segurança jurídica a todos os envolvidos e a gente possa o mais breve possível virar essa página, esse problema tão sério que a gente tem dos resíduos sólidos. Era essa minha colocação. “Ficamos à disposição para qualquer esclarecimento, vocês têm todos os nossos contatos aí. Muito obrigado!” Ausente Mateus Martins Godoi de Presidente Prudente, passou-se a manifestação de **Roberto Rocha**: “Sou catador de material reciclável, sou do Movimento Nacional dos Catadores, também da Associação Nacional de Catadores - ANCAT. Gostaria aqui como catador de material reciclável. Pude acompanhar todo esse processo desse plano, da revisão desse plano. Primeiro gostaria de parabenizar o processo democrático que está sendo, mesmo com todas as dificuldades, questão online e tudo mais. Mas é fundamental esse debate e também as discussões que estão sendo feitas. Mediante a revisão desse plano, queria só deixar registrado alguns pontos que são fundamentais para nós catadores. Primeiro é fundamental que possamos garantir, de fato, o pagamento pela prestação de serviços dos catadores no plano de coleta seletiva e, não só, ter no plano, mas incluir o pagamento na prestação de serviços. Acho que, outra questão importante também, quando a gente fala na questão dos orgânicos, é todo esse processo de entender a importância também dos catadores nessa operação, porque os catadores estão diretamente nas casas, condomínios, fazendo a educação ambiental, orientando aos moradores todo esse processo. Então, é fundamental que possamos pensar também em um mecanismo que os catadores possam participar da questão dos materiais orgânicos. Por último, falando um pouco da hierarquia, ali onde é colocado, inclusive na política nacional, o reduzir, o reciclar e, por último pensar em novas tecnologias, eu acho que é fundamental, o plano poder fazer uma discussão de obrigatoriedade das empresas fabricantes de embalagens melhorarem a reciclabilidade das suas embalagens. Por que, a verdade é que as embalagens têm potencial de serem materiais que são rejeitos porque as cooperativas não consegue comercialização. Se nós não tivemos uma responsabilidade das empresas em fabricar essas embalagens, de forma que ela possa ter um potencial maior de reciclabilidade, para poder ser feito todo esse processo. Nós catadores também temos muita preocupação, embora entendemos a importância de tecnologias para reduzir o encaminhamento de resíduos para o aterro sanitário mas é fundamental, que o plano possa garantir que as empresas fabricantes de embalagens, possam ter um grau melhor de reciclabilidade de algumas embalagens que, infelizmente, ainda hoje, vão para o aterro sanitário e prejudicam os catadores e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

prejudicam o meio ambiente. Mais uma vez, gostaria de parabenizar e agradecer pelo tempo cedido, na audiência.” Passou-se a manifestação de **Antônio Fernando Pinheiro Pedro** do município de São Paulo: “Sou advogado, consultor na área ambiental já há um certo tempo. Parabenizo a Secretaria de Meio Ambiente por essa iniciativa, primeiro porque a forma virtual ela veio para ficar. A EPA Norte Americana já utiliza há muito, essas vias virtuais para debater atos normativos e outras coisas. Portanto, nós devemos aperfeiçoar isso, porque isso reduz o desperdício, estabelece a racionalização do tempo e torna as reuniões mais objetivas. Então acredito que esse é um meio que veio para ficar. Com referência a questão do plano, é importante reduzir o espaço dos aterros para os rejeitos e priorizar as rotas tecnológicas da destinação dos resíduos, afinal, a lei estabelece, claramente, que a destinação dos rejeitos é que deve ser para o aterro, mas os resíduos devem ter uma destinação que lhe dê uma funcionalidade. Para tanto, é importante abranger as tecnologias que serão melhor utilizadas, se compartilhadas regionalmente. Da mesma forma que os aterros, então os sistemas regionais, a instituição de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas são fundamentais para que haja um melhor compartilhamento e melhor otimização dessas rotas tecnológicas pelos municípios. Isso evita aquilo que a gente chama de mercado nocivo em no qual se disputam determinadas nichos, em detrimento de áreas que precisam ser melhor atendidas, isso deve também abranger o aproveitamento energético dos resíduos. Importante atentar para o aproveitamento energético dos resíduos. Por fim, precisamos integrar os acordos setoriais ao sistemas de saneamento municipais, caso contrário a economia circular vai continuar a ser uma ficção. Isso que eu ia colocar aqui para os senhores hoje, Obrigado!” Passou-se a manifestação de **Alfeu Cabral**: “Muito obrigado! Boa noite a todos. Eu gostaria de agradecer, em nome do professor Dr. Valverde, parabenizar todos da coordenação, pelo elevado nível dessa iniciativa de atualização o plano diretor de resíduos sólidos e líquido. Eu gostaria de chamar a atenção para essa palavra, que às vezes o leigo quando nós falamos resíduo sólido só pensa no sólido, esquece que o líquido também é um resíduo. Isso não faz parte de nenhum documentário, eu falando do líquido dentro da área de saúde. Eu gostaria de salientar um fato que acontece no Brasil todo e em São Paulo, tenho certeza que vai mudar essa teoria. Falando de resíduos, só para que se tenha uma ideia muito rápida, se nós considerarmos no estado de São Paulo, 5 mil entidades de saúde, fazendo só 40 cirurgias é muito pouco, isso dá 200 mil cirurgias. Considerando 3 litros de resíduo que sai na hora da cirurgia, também isso é muito pouco. Só para os senhores saberem, uma cirurgia de próstata são 30 litros, nós já estamos aí em 600 mil litros. Só multiplicar 5.000x40x3. Se nós contarmos em 30 dias nós estamos falando em, 18 milhões de litros. Se multiplicar, por 12, no ano, estamos falando em 216 milhões de litros de resíduos corpóreos que está indo para os nossos rios. Ou seja, sabemos como engenheiro que sou - desculpa não ter me apresentado Alfeu Cabral engenheiro mecânico - verifica-se que não há tratamento de efluente de ETE para retirada de hormônio. Não existe no mundo, não é só no Brasil. Então gostaria de colocar uma posição que a solidificação do resíduo líquido, dentro dos hospitais. Esse número que eu te apresentei é só do bloco cirúrgico. Imagine dentro do necrotério, são 10 litros para se lavar um corpo. Então eu me sinto assim como cidadão, como engenheiro, na ideia de que tenhamos dentro desse plano, a inclusão, que já tem dentro da Anvisa, na área do RDC 222/2018, só falando da parte do grupo B, para quem não sabe é o grupo de produtos químicos. Então estes já são, obrigatoriamente, solidificados para serem descartados. Então já existe essa tecnologia, já existe esse princípio que eu gostaria que fosse dividido para todos os hospitais do estado de São Paulo. Com certeza, São Paulo sairia como pioneiro em relação aos outros Estados, se colocarmos nesta revisão do plano, a solidificação dos resíduos corpóreos, ao qual citei só dois setores. Eu só tenho que agradecer. realmente parabenizar a todos, infelizmente a parte tecnológica hoje com todo mundo usando, estamos É com grande satisfação que eu posso dar a minha colaboração para esse grupo seletivo de todos envolvidos nesse plano. Sabemos que é árduo, mais eu tenho certeza que essa missão será cumprida e ainda haverá dentro do plano a solidificação dos resíduos corpóreo dentro dos hospitais. Boa noite! Muito obrigado a todos.” Passou-se a manifestação de **Hermano Cintra**, do Município de São Paulo: “Sou administrador de empresas, especialista em comunicação digital e eu sou diretor executivo do Instituto Kapok de Inovação Corporativa, parceiro da Secretaria, do Comitê de Integração de Resíduos Sólidos, que temos muita felicidade em estar aqui com os amigos Ivan Melo e Valverde, José Valverde, Em primeiro, gostaria de parabenizar pelo



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

documento em si e pela pluralidade do processo, ou seja, o fato de que não se tentam chegar a condições e soluções únicas, mas sim uma multiplicidade de soluções, porque a gente tem uma multiplicidade de cenários e o cenário complexo. Eu acho muito feliz ver o papel indutor do Estado. Como administrador público formado pela Fundação Getúlio Vargas, ver o papel indutor do Estado é uma grande felicidade. Isso é uma constante do trabalho do Governo do Estado. Eu queria parabenizar o uso de cenários para o planejamento, que é uma tecnologia moderna, um jeito correto de fazer e aqui eu faço minha provocação crítica antes de falar de um aspecto. Eu acho da questão central da educação ambiental, ela precisa ser considerada como um aspecto transversal como disse o Dimas, que é certamente correto. Eu faria a provocação da gente pensar o seguinte: se eu pudesse desejar um único cenário, eu gostaria de desejar um cenário em que todos os agentes públicos e privados, iniciativa privada, da população, toda a sociedade seja consciente e sabedora do seu dever em relação ao meio ambiente, em relação ao tratamento dos resíduos sólidos. Se a gente pudesse ter esse cenário como uma verdade, eu tenho impressão que vários dos outros seriam resolvidos. Então acho que a centralidade da educação ambiental e, ela pensada não só na população, mas também nos atores do empresariado, nos atores dos organismos da organização civil, ou seja, essa centralidade muda. Agora eu queria fazer uma intervenção sobre a questão do mar, que é muito bacana e está no plano para lembrar também que a gente tem a questão dos rios e, principalmente, os resíduos sólidos. Essa questão ligada ao mar, embora nosso Estado tenha a maioria dos rios correndo para o interior, correndo para o Paraná e desembarcado lá no Uruguai e na Argentina e no sul, os rios estão ligados ao mar e as cidades foram organizadas a partir de rios e os rios são grandes vetores dos resíduos sólidos. Aqui eu faço um *right ligh*, até para a gente pensar nos rios como uma forma mais ampla e, o módulo de resíduos sólidos que a gente está preparando junto com o PERS, tenta trabalhar esses vetores, mantendo um espírito do Estado que eu acho muito importante, que é esse espírito da inovação. Entendemos também que a colaboração deve ser uma ação integrada, onde a gente olha vários atores, enxerga múltiplos *stakeholders*. É um caminho que o Estado está tomando e que, é muito bacana, e que eu espero que tenha frutos. Eu estou bastante certo que terá frutos, em especial, no grande projeto do Estado que é a limpeza do Rio Pinheiros aqui na capital. Eu sou muito a favor do virtual, eu sou um estudioso disso. O virtual funciona e funciona muito bem, o que a gente precisa da população carente centros onde elas possam participar, ou seja, prover na cidade vários pontos, locais onde uma audiência pública como essa possa ser assistida, essa é a minha intervenção. Muito obrigado e parabéns.” O **Secretário-Executivo** passou a leitura das manifestações encaminhadas por escrito. **Clélia Costa**, do município de São Paulo: “Tem que haver no plano de resíduos sólidos coleta de bitucas de cigarros, que poderão ser direcionadas a empresas, que no momento há somente uma a Poiato Recicla, que reciclam bitucas transformando-as em goma de papel e após em vários artigos de artesanatos e até mesmo em capas de cadernos; podendo até serem utilizados para a rede pública de ensino. Pontos de coleta de bitucas de cigarros já!”. Essa foi Clélia Costa de São Paulo. Manifestação escrita de **Luiz Fernando Bittencourt**, do município de Santos: “Acompanho com apreensão a possibilidade da edificação de um incinerador de Resíduos Sólidos Urbanos em Santos além de outros municípios de São Paulo como a Unidade de Recuperação Energética de Barueri que a Cetesb, num perigoso precedente, liberou a construção do referido empreendimento afirmando ser o mesmo ambientalmente sustentável. Com os aterros sanitários como o Aterro Sanitário das Neves, em Santos Continental, chegando ao seu esgotamento, soluções definitivas devem ser tomadas sem mais delongas no tocante a destinação final dos RSU em SP. Há um movimento da iniciativa privada para construir diversas URE em vários municípios de São Paulo. Uma URE nada mais é que um nome elegante para incineração de lixo com geração de energia assim como *Waste to Energy* (WTE), “usina verde”, entre outras criativas denominações. A criação de novos aterros sanitários esbarram em questões de espaço físico/ambientais além de ser anacrônico como queimar lixo. A queima direta (*mass burning*) dos RSU gera emissões de dioxinas (a molécula da morte), cancerígena e bioacumulativa, assim como furanos e cinzas igualmente tóxicas (10% do volume inicial do material incinerado) às pessoas e ao meio ambiente. As URE são, ao contrário da posição da Cetesb, ambientalmente insustentáveis, pois precisam de grande quantidade de resíduos recicláveis, orgânicos e principalmente inorgânicos, como papel, papelão, plásticos, isopor, pneus, entre outros “combustíveis” gerando



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

alto impacto ambiental com a destruição de recursos naturais. Nossos resíduos são 60% orgânicos, 30% inorgânicos e apenas 10% rejeitos (não passíveis de reciclagem). Se toda a fração reciclável dos RSU for recuperada o que sobrar para incinerar são os rejeitos que certamente vão precisar de energia externa para entrar em combustão ocasionando um fluxo energético negativo às usinas incineradoras. A Lei nº 12305/2010 que instituiu o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) reza que a última alternativa para tratamento dos RSU é sua incineração. Incineradores (ou URE) demandam alto custo de investimento na sua criação e manutenção em especial dos filtros de controle de emissões de poluentes na atmosfera que necessitam ser de última geração e que são extremamente onerosos. Ademais a queima de resíduos sólidos urbanos incentiva a obsolescência programada e o desperdício geral com o consumismo desenfreado sendo, portanto, totalmente inviáveis do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, além de promover a exclusão social dos catadores. Acredito piamente que há outras soluções ambientalmente sustentáveis, com inclusão social, para a destinação final dos RSU no estado de São Paulo que passa obrigatoriamente pela criação de um Projeto de Lei proibindo a edificação de URE em território paulista indo de encontro ao PNRS de 2010 e com as cidades paulistas investindo maciçamente em educação e conscientização ambiental pensando nas futuras gerações seguindo o exemplo vitorioso de São Francisco (EUA)”. Passou-se a leitura da manifestação escrita de **Márcio Flávio Duarte**: “Fiz o pedido de informação nº 51617, via Sistema e-SIC, da Prefeitura para obter a listagem dos grandes geradores da capital cadastrados no CTR-RGG e tive meu pedido negado pela AMLURB. A justificativa deles se baseia no sigilo da informação, devido às mesmas serem de cunho pessoal e num arrazoado de leis que sustentam esse argumento. Sinceramente, não engoli esse argumento. A Lei nº 12305, em seu Capítulo II, art. 6, parágrafo X, define como princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos como: "o direito da sociedade à informação e ao controle social". Portanto, fica aqui minha contribuição, para que se busque a transparência das informações nessa revisão do plano daqui de SP”. Passou-se a leitura da manifestação de **Isis Akemi Morimoto**: “Manifesto-me contra a instalação de incineradores no Estado de São Paulo, devendo constar ser considerados os riscos à saúde e a existência de alternativas ambientalmente melhores para a população. Deveria haver um programa de combate à obsolescência programada, que faz com que produtos tenham durabilidade pequena apenas para impulsionar o consumo sem pensar nos resíduos gerados. Deveria haver uma norma Estadual para obrigar a implantação de coleta seletiva em condomínios, como já existe em lei do município de São Paulo”. Passou-se a manifestação de **Valquíria Candido da Silva**, de São Paulo: “Quero manifestar a importância dos resíduos secos recicláveis para as cooperativas”. Manifestação de **Malu Freire**, de São Paulo: “Parabéns à SIMA pelo ótimo trabalho na revisão do PERS. Muito importante a ênfase dada à educação ambiental e à comunicação social como instrumentos fortalecimento dessa importante política pública”. Passou-se a manifestação de **Solange Wu**, do município de Suzano: “Muito importante esse trabalho, pois apoia e acelera os debates de planos de resíduos regionais. Parabenzamos a equipe da CPLA e também ao Comitê de Resíduos da SIMA . Estamos juntos, Prefeitura de Suzano e Condemat presentes”. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes de órgãos ou entidades públicos. **Edgar Brandão Júnior** representando o Consórcio Intermunicipal Grande ABC: “Representando o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, gostaria de aproveitar a oportunidade e parabenizar toda a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, inclusive os participantes da elaboração do plano. E queria fazer alguns registros. O planejamento a partir das unidades de gerenciamento dos recursos hídricos, em detrimento do planejamento por regiões administrativas, foi uma abordagem dos planos ambientais está (...) do plano a contextualização do histórico e do sistema paulista de meio ambiente, importante para o entendimento da estrutura e forma de funcionamento. (...) . Os pontos positivos do plano vou repetir, inclusive, dar o parabéns para toda a secretaria e aos técnicos que participaram. Planejamento a partir das unidades de gerenciamento de recursos hídricos, em detrimento do planejamento por regiões administrativas, muito importante, uma abordagem dos planos ambientais que está considerada no plano. A incorporação do conceito de economia circular na estruturação do plano. A contextualização do histórico e do Sistema Paulista de Meio Ambiente e importante para o entendimento da estrutura e forma de funcionamento. Elaboração do diagnóstico com revisão anterior e permite criar uma percepção de andamento das políticas, tendências e desafios já com a



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

análise dos últimos anos. A meta de ampliação do SIGOR pode ser um projeto Piloto para parceria com consórcios. Importante coloca os arranjos intermunicipais, os consórcios públicos do centro da questão muito importante na questão dos resíduos com metas específicas para seu fortalecimento. Duas metas específicas para gestão e capacitação e para os planos regionais até 2025 e não cita apenas uma única opção. A regionalização e dinâmicas territoriais para gestão de gerenciamento dos resíduos sólidos. Capítulo específico para gestão de resíduos a partir de uma lógica territorial um grande avanço para as políticas. Identificação entre as metas do Plano com os objetivos do desenvolvimento sustentável da agenda 2030, o projeto (...) de controle de poluição restringe a região metropolitana de São Paulo com seus 39 municípios que será a base de inventário de *emissões* para todo estado. Queríamos aproveitar oportunidade de dizer que há pela secretaria de infraestrutura e meio ambiente um fortalecimento muito grande dos consórcios públicos, com a pena do nosso presidente da rede nacional não poder falar, mas ele vai realmente se manifestar e deixar um parabéns para toda equipe técnica que participou na elaboração do plano. Registrou que não podemos esquecer que nós estamos numa época de pandemia, já chegamos a um milhão de mortes no mundo todo, 140.000 no Brasil, então não há como você fazer uma audiência pública atualmente a nível presencial, as pessoas têm que entender um pouco disso. Um grande abraço a todos, em especial no nosso Secretário Marcos Penido. Obrigado” O **Secretário-Executivo** informou que precisaram se ausentar Valdemir Aparecido Ravaiane, do Consórcio Consimares, de Nova Odessa e Alexandra Hit da Fecomércio de São Paulo, mas informaram que encaminhariam suas contribuições, por escrito, por oportuno. Passou-se a manifestação oral de Ralph Souza, do Município de São Paulo, que não havia sido chamado anteriormente. **Ralf Souza** assim se manifestou: “ Boa noite a todos. Queria agradecer essa oportunidade de falar com todo mundo nessa audiência pública. É muito interessante juntar o pessoal que está conectado com a sustentabilidade, que é contra a ilusão da separação, do nós e eles, nós e a natureza, nós e o lixo, esse pensamento linear do extrai, processa, descarta, pensamento infinito que não é o pensamento que nós queremos aqui. Agora penso assim, eu estou tomando uma água de coco na praia, acabei, eu vou jogar fora meu coco. Gente, você não vai jogar fora o seu coco, ele vai ficar no meio ambiente, ele está presente com a gente. Agora vamos continuar no exemplo do coco. Coco que o Ibirapuera gera para onde que vai? O coco, lá da praça do coco, da orla de Santos, ele vai quase totalmente para o aterro. O Brasil é o quarto maior produtor de coco do mundo e nós só utilizamos 2% do que sobra desse material. Agora eu como engenheiro civil tava dando uma olhada no plano gerado para construção civil, que é a geração, a coleta e a reciclagem. Agora tomando como exemplo o coco, que eu falei até aqui, e se nós colocássemos uma visão circular para isso, se eu transformo esse coco como o reforço de sistemas construtivos na construção civil. Então, eu causo uma visão circular, uma visão que pega lá do início e gera toda essa visão circular, não é um pensamento linear. Gente eu tô falando aqui da Startup Cimento Verde, da qual eu faço parte, e aí eu queria clamar a vocês autoridades, a todos com grande importância que estão presentes aqui, para chamar as startups para conversar. Nós temos ideias, nós temos associações que podem apoiar no plano São Paulo e nós podemos apoiar e passar para outros estados, para outros países, a gente não pode na caixa, vamos pensar fora da caixa gente. Então, essa é a minha contribuição, queria agradecer a palavra, obrigado.” O **Secretário-Executivo** registrou e agradeceu as presenças na audiência pública de: Daniela Cristina Batista, da Prefeitura Municipal de Registro e de Daniel Teixeira Lima, da Prefeitura de Mogi das Cruzes. Passou-se a etapa dos esclarecimentos. O coordenador da CPLA, **Gil Scatena** agradeceu a todos que contribuíram e estavam acompanhando a audiência pública, apesar do adiantado da hora, demonstrando todo o comprometimento e interesse na política pública de resíduos sólidos do estado de São Paulo. Em seus comentários gerais, expôs que é praxe nas audiências públicas, ouvir a sociedade, condensar as questões aduzidas ao processo e, identificar as melhores possibilidades de absorção dessas questões no Plano Estadual de resíduos. Sobre o conflito existente entre audiência virtual versus a presencial disse que entendia os comentários críticos e outros elogiosos, recebidos durante o processo vivenciado, a partir das 17 horas, desde o início da audiência. Lembrou tratar-se de experiência de diálogo em um momento complexo vivenciado atualmente. Informou que a oitiva, aberta desde o dia 29 de agosto, para que a sociedade possa incorporá-lo, fazer a crítica, trazer para nós em caráter virtual ou mesmo em processo. Explicou que a audiência era apenas



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

mais um dia desse processo de oitiva pública e, nesse sentido, informou que vinha conduzido uma comissão temática de Biodiversidade do CONSEMA, no qual mantinha um diálogo respeitoso e profícuo com Syllis Bezerra, ao debater a APA Marinha litoral Norte. Nessa oportunidade, muito tem se falado com os pescadores, que também tem lá suas dificuldades operacionais e estruturais. Eu acho que a questão do virtual ela não pode ser, de novo no Brasil, um processo exclusão, mas sim de ampliação e inclusão participativa. Para isso, é necessário vivenciar os desafios que são postos dessa desigualdade, que vão além de uma discussão nossa aqui do plano, ou qualquer coisa que o valha. Naquele dia a dificuldade foi do lado de cá. No entanto, pontuou que o momento virtual permitiu a participação ampla de pessoas de Santa Catarina e Presidente Prudente. Portanto, como foi falado, o virtual veio para ficar, provavelmente vai conviver com sistema misto no futuro, o que a gente tem que lembrar aqui nesse momento não é uma escolha entre o virtual e o presencial puro e simples. Em meio a pandemia global não havia outra opção, senão a virtual, o momento é ou faz o virtual ou não faz. Disse ter aberto a audiência pública dizendo que nós temos como gestores públicos, aqui pagos pelos recursos todos do da sociedade, uma incumbência que é de não parar o estado e nesse momento a melhor opção para manter a participação social foi de uma audiência virtual. Então nesse momento se a gente promovesse, por exemplo, como foi citado e na discussão da APA Marinha Litoral Norte a gente tentou isso também com os pescadores, promover, por exemplo, lugares que tivessem recepcionando a audiência virtual em outros municípios, provavelmente haveria dificuldades de protocolo, porque não se quer promover aglomerações desajustadas com a atual política de saúde de combate ao Covid-19. Afirmou que o desafio do momento era a realização da audiência, e lembrou que não se trava de uma opção, entre fazer o virtual ou fazer o presencial, mas sim, de manter a política pública das oitivas com a sociedade. Lembrou que as contribuições poderiam ser encaminhadas até o dia 6 de outubro. Quanto aos questionamentos esclareceu que, sobre a logística reversa e responsabilidade pós-consumo, citada por vários participantes, disse que a questão da importância da logística reversa e responsabilidade pós-consumo, iniciou com a fala do Luiz Brito e vários tantos outros que falaram sobre isso, o próprio Bonfilho, o Felipe Cândido, vários citaram a questão da logística reversa e responsabilidade pós-consumo. Lembrou que a triangulação entre a lógica reversa, responsabilidade pós-consumo e a economia circular é um aprimoramento da revisão, dando mais força a tese da economia circular e que a política recente da secretaria, e dos últimos anos a gente pode dizer, a própria lógica reversa talvez esteja em São Paulo, mais avançado que em outros lugares e acho que autoriza a afirmar que o plano segue a linha da potencialização dessa estratégia, inclusive com as últimas normativas, últimas iniciativa de fortalecer o papel dos municípios na logística reversa e com isso provavelmente potencializar e fortalecer a inclusão dos catadores nesse processo. Sendo assim, solicitou aos que se referiram sobre esses três temas que atentem-se ao plano para ver que não há só há capítulos, mas há metas para os três temas e foi citado aqui na mesma questão, a questão do (...) que a gente tem acompanhado, sabe dessa questão dos óleos lubrificantes usados ou contaminados, essa questão de que há um acordo setorial em nível nacional e quem a própria fala a própria explanação do Felipe demonstra que o estado de São Paulo tem feito esforços para que esse tema consiga ser, vamos dizer assim estadualizado, que a gente consiga avançar nessa questão dentro do Estado de São Paulo e ele mesmo citou a própria parceria da secretaria e CETESB com esse tema para quê aqui em São Paulo a gente possa avançar nessa questão. Então acho que é importante também registrar isso. O plano vem em meio a políticas que já estão acontecendo. Foi citada muita a questão do resíduo de serviço de saúde tanto no que diz respeito à tecnologia, armazenamento e transporte, acho que é o que a gente tem que recepcionar e fazer uma conversa técnica com a secretaria de serviços de saúde e que os especialistas, aqui em especial também da CETESB, para a gente identificar as oportunidades de recepcionar as questões que foram aqui colocadas. Ao discorrer sobre a questão dos resíduos de serviço saúde lembrou que o plano tem horizonte até 2035 e que, obviamente, quando tudo é prioridade há mais dificuldade de identificar quais são os passos essenciais. Afirmou que a revisão parcial do plano previa a determinação de metas bem orientativas, como foi apresentado pelo André Simas, para os próximos quatro anos. Obviamente, a tentativa foi abarcar as maiores questões possíveis, desse profundo desafio que são os resíduos, mas lembrou que é preciso ditar prioridades. Afirmou que as questões sobre os resíduos de serviços de saúde



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

seriam recepcionadas. Em relação aos catadores, muito bem colocada, fez menção, extremamente respeitosa, ao Roberto Rocha que, tem sido um grande parceiro da Secretaria. Uma pessoa que luta pela questão dos catadores nas esferas nacional, estadual e municipal e representa, um pouco dessa diversidade de representação e olhares para audiência pública. Agradeceu o reconhecimento que ele fez com relação à qualidade do plano e como a SIMA tem conduzido a questão e, nesse sentido, afirmou que tentou-se incluir normativas recentes, decisão diretoria da CETESB. São decisões recentes que fortalecem o processo assim como a própria inclusão do município titular principal do serviço, em especial serviço de resíduos sólidos urbanos, pode essa e é nossa visão para ele potencializar as oportunidades para os catadores a partir daí da questão dos municípios. E, se foram observadas nas metas, existe a articulação e a inclusão social dos catadores no processo de coleta seletiva dos resíduos sólidos. Lembrou a importância das entidades ligadas aos catadores para a incorporação de dados no SIGOR. Discorreu sobre a importância dos municípios e as próprias regiões, que é a questão da governança que foi citada pelo Bonfilho e a questão dos PDUIs. A questão da gestão de resíduos de saneamento é uma das funções públicas de interesse comum das regiões metropolitanas e as regiões metropolitanas tem feito o seu PDUI e a nossa concepção, claro o PDUI é realizado pelo governo do estado com as agências metropolitanas, a gente tem feito com um olhar que a gente tem trazido para o plano, para que cada região metropolitana possa tratar dos resíduos a luz do que o plano está fazendo. Discorreu sobre o apoio e fomento ao Plano Regional da Baixada Santista e do Plano do Alto Tietê, que basicamente abarca região metropolitana aqui de São Paulo, de forma a possibilitar a convergência entre esses planejamentos, para que o PDUI se ocupe da organização Metropolitana, do ponto de vista do planejamento territorial e possa fortalecer os planos regionais com orientação do plano estadual. Relatou algumas experiências regionais sobre a logística reversa, especificamente sobre o processo piloto com o CIENSP da região, que é o Consórcio intermunicipal do Extremo Noroeste Paulista, da região de Andradina. Trata-se da lógica reversa de pilhas e baterias em novas formas de soluções, uma logística reversa que antes era feita o termo de compromisso com o estado poder fazer isso com regiões, aglomerações e municípios. Por fim, discorreu sobre a questão formulada por Syllis, sobre o teor de umidade dos resíduos. O **Secretário-Executivo** reiterou que as contribuições poderiam ser encaminhadas, para [www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/pers-consulta](http://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/pers-consulta), até às 18 horas do dia 6 de outubro de 2020. E, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Marcos Penido, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Rosana Maria Henrique**, do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata. *(Atualizada em 16-10-2020).*